



REFORMA PENAL

Observatório da Justiça sugere correcções

➔ O Observatório Permanente da Justiça (OPJ) apresenta no fim do mês um relatório sobre a reforma penal em que sugere correcções a "inconsistências" legais e intervenções nos "grandes temas" do segredo de Justiça e prisão preventiva.

O director do Observatório, Boaventura Sousa Santos, disse ontem à Agência Lusa que o terceiro relatório sobre a aplicação da reforma penal, que faz hoje dois anos, foi entregue no final de

Julho ao Ministério da Justiça e que no dia 30 de Setembro será entregue um "relatório complementar, com propostas de reformas" para uma Justiça que, no seu entender, continua "lenta e cara", apesar de algumas "melhorias".

O Ministério da Justiça tinha pedido ao OPJ que apresentasse "recomendações especificadas" e concretizasse as conclusões apresentadas no terceiro relatório.

A 15 de Setembro de 2007, entrou em vigor a primeira Lei sobre Polí-

tica Criminal, que definiu prioridades na investigação, juntamente com os novos Códigos Penal e de Processo Penal, cujas alterações sobre escutas, prisão preventiva e segredo de Justiça geraram polémica.

"Os problemas que detectámos estão identificados, alguns têm a ver com a prisão preventiva ou com a pequena criminalidade, onde há inconsistências na lei, como o facto de uma pessoa poder cometer pequenos delitos sucessivamente sem poder ser posta em prisão preventiva", disse Boaventura Sousa Santos. "São reformas cirúrgicas que podem resolver-se facilmente. As leis tiveram uma entrada em vigor muito rápida e existem estas inconsistências, que acabam por ter efeitos perversos", acrescentou o director do OPJ. ■